

Mas, os que ficam. Ah, esses sim! Amam a terra com um quieto amor, sabem compreendê-la e ouvi-la, por ela vivem e morrem.

Para cantá-la então, foi tramada uma conspirata ao longo dos séculos. Nenhuma talvez, nestes Brasis, ouviu os versos e a prosa que lhe foram tecidos. As estrofes de amor e de pecado que lhe foram derramadas, os cantochões rendados que brincam nos seus ares.

Uma vez dito isso, foi preciso que o Oitavo Festival de Inverno oferecesse o pretexto, para que se perpetrasse um poema gráfico sobre Minas. Poema pelas suas ilustrações, pelas suas epígrafes, pelo bom gosto de sua apresentação, mas e simplesmente pelo seu texto de História, feito com a unção de um mineiro: Francisco Iglésias.

Falo-vos destes **Três Séculos de Minas** (\*), para cuja elaboração, por certo o autor foi ouvir os fantasmas de Ouro Preto, transmitindo-nos só então uma síntese bem feita, com profunda informação de sua história, com a sensibilidade telúrica, que soube dar-nos uma lição de mineiridade, produzindo o conhecimento mineiro.

Não se trata de uma simples crônica, pois as observações muitas vezes agudas pontilham o texto, revelando o calibre do historiador inquieto, que não sabe ficar indiferente às limitações que pesaram e ainda pesam sobre o seu estado, sempre pronto a rever os esquemas convencionais de interpretação, procurando marcar sua síntese bem feita com a reflexão ponderada, em exemplos que são inúmeros, como ao referir-se à chamada "Guerra dos emboabas", ou na análise das soluções econômicas depois da desagregação das minas, na visão desenvolvimentista dos conspiradores de 89 e em mil outros momentos.

Verifica-se que a crônica da economia mineira é compassada pela exploração da terra, pela evolução do aparelho administrativo e pela formação do mercado interno que se faz com rupturas e recuperações. Aquelas, quase sempre executadas em nome da maior operacionalidade fiscal, obsessão que persegue os delegados régios, que assim praticam as formas mais apuradas do contrato social, colocando tudo e todos sob o controle muitas vezes terrorista das autoridades.

É por esse custoso caminho que se chegou à mineiridade, i.e., o estado de ser mineiro.

A preocupação em sintonizar o que é regional com o nacional, leva-nos a um movimento pendular ao longo do texto, entre a história de Minas que se vê através da História do Brasil ou esta que se percebe por entre aquela.

Memorialistas, viajantes, poetas e escultores, sermonários e historiadores tecem com o autor, este retrato de corpo inteiro das Gerais, no qual reponta um estilo enxuto e sóbrio, de frases curtas, mas com certa elegância, mostrando a atenção com que FI tratou a redação, num momento em que tantos historiadores escrevem mal ou se perdem no delírio dos neologismos de vida curta.

Os pontos discutíveis do seu trabalho, menos pela sua opinião, exposta sem hesitações, e mais pelo processo crítico a que vem sendo submetida a historiografia sobre Minas, não limitam o texto, antes o valorizam num trabalho que pretendendo ser informativo, acabou assim mesmo por superar esse nível.

LARA, Cecília de — **KLAXON & TERRA ROXA e outras terras: dois periódicos modernistas de São Paulo.** São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, 307 p.

Importa-nos ressaltar, no estudo comparativo das revistas modernistas KLAXON, (1922) e TERRA ROXA e outras Terras (1926), realizado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cecília de Lara, além de outras qualidades como precisão, clareza, a metodologia adotada: o levantamento sistemático de toda a matéria destes periódicos, seu estudo e confronto, sem envolvimento pessoal, apenas com base na documentação, numa tentativa de equacionamento do desenvolvimento das idéias e do movimento modernista, em dois momentos: 1922 e 1926.

O estudo de periódicos, constituindo-se em pano de fundo, bastidores da literatura, é de extrema importância, pois através destes é que podemos examinar a formação lenta das idéias, da estética de uma época, seu amadurecimento, que finalmente redundarão nas obras maiores.

KLAXON, surgida três meses após os acontecimentos da Semana de Arte Moderna e contando entre seus colaboradores os participantes desta, consta de nove números. A caracterização que a autora faz é completa, preocupando-se minuciosamente desde os valores plásticos de sua apresentação até o estudo específico da matéria propriamente dita, apresentada em quatro línguas, constituindo-se em prosa, verso, gravuras e desenhos de artistas plásticos, polêmicas, etc. A prosa constitui-se em prosa de ficção (fragmentos de romance, contos) e sob a denominação de crônica, ensaios, críticas e comentários literários, musicais, relativos ao cinema e às artes plásticas. Além dos colaboradores nacionais dentre os quais destacamos Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes, Sérgio Milliet, Motta Filho, contou com colaboradores estrangeiros tais como Roger Avermaete, Charles Baudouin, Henry Mugnier, Guilherme de Torre, Antonio Ferro, Claudius Caligaris, etc. Transparece em KLAXON o objetivo de defesa das posições dos modernistas e sua contestação à crítica acadêmica. No primeiro número escreve Mário de Andrade que pretendiam dar continuidade ao processo já iniciado com a Semana, mas com maior equilíbrio e crítica. A autora assinala em K. a luta por diminuir a defasagem de informação do brasileiro em relação às vanguardas européias e o seu aspecto experimental: a busca das formas que se adequassem à expressão daquele momento: processo de elaboração e abordagem técnica. As polêmicas estabelecidas são contra a rotulação de "penumbrietas" que lhes imputaram e também a respeito do "regionalismo" que ainda não havia encontrado formas de aprofundamento a ponto de ser nacional, e muito menos universal.

O periódico TERRA ROXA e outras Terras inicia-se em janeiro de 1926, com a aparência de jornal, pretendendo ser quinzenal, sob a direção de A. C. Couto de Barros e A. Alcântara Machado, sendo secretário-Administrador Sérgio Milliet. Estrutura-se por seções fixas, mas sem demasiado rigor. Não quer assumir posição polêmica, também não quer confinar-se ao campo estritamente literário, mas ao cultural. O título Terra Roxa e outras terras é sugestivo, referindo-se ao interior do estado, às terras de plantio do café. Segundo a autora do estudo, neste periódico o "critério máximo de valorização é o 'brasileirismo', bem como a falha mais rigorosamente censurada é a imitação estrangeira" (p. 40). Aparece em uma época em que o modernismo se amplia como conceito: "... há a preocupação de balanço e de revisão de um momento, já visto como remoto, ou seja o modernismo de 22, da Semana e de Klaxon" (p. 149). Com maior insistência aparece a linha do referido brasileiro, espécie de nacionalismo, cujo conceito está em vias de formação, pelo menos em arte; a confusão com o conceito de regionalismo está quase superada, tanto que Sérgio Milliet faz a aproximação do nacional e regional, para atingir o universal. A matéria do periódico apresenta poesia, prosa (de ficção: fragmentos de romance, contos) resenhas literárias, crítica musical, teatral, de artes plásticas e de cinema, ensaios, noticiários e comentários, transcrições, etc. Merece destaque dentro de sua matéria, a campanha para compra e a posterior doação ao Museu Paulista, da Carta do Apóstolo do Brasil ao Capitão Jerônimo Leitão, relíquia de Anchieta adquirida simbolicamente com trinta sacas de café.

Seus colaboradores são todos brasileiros, e não só de autores paulistas, mas também de Minas, Rio e do Nordeste, destacando-se Paulo Prado, Mário de Andrade, Tácito de Almeida, Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, etc.

Nesta esquematização rápida que fizemos, pretendemos salientar as linhas mestras que Cecília de Lara metodicamente destaca nos periódicos abordados, o que faz deste estudo valiosa contribuição para a perfeita caracterização do contexto cultural em que se inseriu o modernismo brasileiro. Terminamos com as próprias palavras da autora, a respeito da contribuição do estudo de revistas e periódicos para uma reformulação da literatura brasileira: "... revertem ao âmbito vibrátil e polêmico das revistas, que respondem com presteza às críticas, seguem o desenrolar dos fatos, num ritmo vivo que não é permitido à publicação do livro" (p. 232). — **Martha Lúvia Volpe Orlov.**

**LIMA, Jackson da Silva — História da Literatura Sergipana. Volume I, Fundo Cultural de Publicação de Obras Sergipanas, Aracaju, 1971.**

Trata-se da mais bem documentada e importante obra até hoje publicada tendo as letras de Sergipe como tema. Seu autor já assinara em 1967 um opúsculo dedicado ao poeta sergipano José Sampalo, tido como "uma espécie de Jorge Amado em poesia, sem o radicalismo da fase inicial do romancista e com maior profundidade humana e dimensão histórica" (p. 75) Promete J. S. Lima publicar, futuramente, obras dedicadas ao Folclore de seu estado natal, um novo dicionário bio-bibliográfico sergipano (atualizando assim a obra pioneira de Armino Guaraná) e um trabalho mais ambicioso sobre a literatura de cordel no Brasil. Aguardamos e auspiciamos que tais obras em preparo logo venham a lume, pois se se norteam pelo mesmo grau de seriedade desta sua *História da Literatura Sergipana*, certamente que a bibliografia consagrada a este pequeno e simpático estado nordestino há de se tornar mais rica.

Nesta obra, o primeiro volume de uma série de oito títulos (inéditos), o Autor discorre sobre os primeiros passos e manifestações literárias de Sergipe; os preliminares, a gênese, a trajetória e as peculiaridades da literatura sergipana, passando em seguida a analisar um a um os principais representantes de sua fase barroca e arcádica. Os volumes restantes que promete publicar serão dedicados às seguintes escolas literárias: romântica, parnasiana, simbolista, neo-parnasiana, pre-modernista, modernista e pós-modernista.

Ao todo J. S. Lima discorre no presente livro sobre 16 expoentes barrocos e arcádicos de Sergipe: a biografia de cada autor, sua bibliografia sobre o autor e alguns excertos de suas obras. Tal livro é fruto de pesquisas notadamente nos periódicos seguintes: *Recopilador Sergipano*, *Noticiador Sergipano* e *Correio Sergipense*. Embora tendo pesquisado no Arquivo Público do Estado de Sergipe, na Biblioteca Nacional, o Autor não faz referências a documentos manuscritos, citando nalguns casos alguns documentos da segunda década do século passado através de publicações anteriores, como é o caso quando trata da criação das cadeiras de ensino de retórica, lógica e geometria em São Cristóvão, informação que conseguiu através do livro de Sebrão Sobrinho, *Laudas da História de Aracaju* (Bahia, 1955).

Gostaríamos de sugerir a inclusão de dois nomes que durante a primeira metade do século XIX tiveram seu lugar nas letras em Sergipe, e cujos escritos podem ser encontrados entre os manuscritos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado de Sergipe, respectivamente:

1. Inácio Antonio Dormundo, professor de latim e secretário do governo por muitos anos na década de '20, e Cláudio Manoel de Castro, juiz de direito inicialmente em